

0586/79

DIA (O)	Lisboa	20. JUN. 1979
DIARIO DE COIMBRA	Coimbra	
CORREIO DE COIMBRA	Coimbra	
CORREIO DO RIBATEJO		

ens. Particular

univ. livre

RECORTES
tado 257
C-Portugal
4 430

Encerrado o ano lectivo da Universidade Livre do Porto

O ano lectivo da Universidade Livre do Porto foi ontem encerrado com uma sessão solene, efectuada à noite no Palácio da Bolsa daquela cidade, com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas e elevado o número de professores e alunos. Presidiu o respectivo reitor, prof. Daniel Serrão, que apresentou um relatório sobre as actividades escolares no ano agora findo, após o que usou da palavra o eng. Francisco Brás de Oliveira, presidente do conselho directivo da Universidade Livre de Lisboa, a qual esteve na origem da criação da instituição de ensino superior privado existente no Porto. Falaram, ainda, o prof. José Vieira de Carvalho, director do Ano Propedêutico, que fez uma resenha dos trabalhos escolares realizados no primeiro ano de actividades académicas da ULP, e o prof. Henrique Martins de Carvalho, que fez uma lição sobre ciência política.

Falando sobre "Um rumo para o País", o prof. He-

nrique Martins de Carvalho ocupou-se da ciência política, para referir que à mesma interessam principalmente os dados de base e as linhas gerais dos fenómenos. Passando a examinar as coordenadas básicas do nosso País, antes e depois da descolonização, salientou o facto de se ter seguido o critério das negociações bilaterais, em vez da multilateralidade que teria decorrido de uma intervenção constitutiva da ONU no assunto.

Henrique Martins de Carvalho estudou, também, as perspectivas actuais da nossa conjuntura, afirmando que hoje estamos mais dependentes do que nunca das condições da política externa. A propósito, disse que falar agora numa opção europeia carece de sentido, já que, no condicionalismo presente, nenhuma outra ficou aberta a Portugal, devido à situação geográfica do País e à política dos grandes blocos mundiais. Depois de aludir à progressiva ligação de Portugal à CEE, iniciada pelo tratado de comércio de 1972, examinou

algumas das políticas possíveis para se realizar a integração económica do País na comunidade europeia e apontou a liberdade de criação de estabelecimentos financeiros, comerciais e industriais, característica da CEE, e sua integração no quadro constitucional português, exigida para podermos ser membros de pleno direito da Comunidade Europeia, com todos os direitos e obrigações.

Debruçando-se sobre os aspectos políticos, Henrique Martins de Carvalho fez referência à NATO, de que Portugal faz parte desde a fundação, em 1949, e teceu considerações sobre as nossas possibilidades de acção própria, por meio de arranjos secundários de forças: a aliança britânica, os acordos peninsulares, os entendimentos europeus e africanos. Traçou ainda possíveis bases objectivas de colaboração com os países de expansão portuguesa e abordou o problema da emigração, dando exemplos concretos de soluções possíveis em be-

nefício dos emigrantes, sobretudo no campo da habitação e do aforro. A terminar, sustentou que, sem se desconhecem as dificuldades, há um rumo para o País, sendo porém necessário que a acção seja fundada num "mínimo de bom-senso e num patriotismo esclarecido".

UNIVERSIDADE
DE LISBOA